

**CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO
TRABALHADOR - CODEFAT**

ATA DA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAP/CODEFAT

DATA: 17 de julho de 2006.

LOCAL: Sala de Reuniões do 2º Andar, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior, Coordenador do GAP/CODEFAT e Secretário Executivo do CODEFAT; Guilherme Arruda Accioly, Representante Titular do BNDES; Wilson Vaz Araújo, Representante Titular do MAPA; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Representante Titular da CGT; Sidiclei da Silva Patrício, Representante Suplente da CUT; Dagmar Maria de Sant'Anna, Representante Titular da CNC; Simone Saisse Lopes, Representante Titular da CNI; Luciano Carvalho, Representante Suplente da CNA; Margarida Maria Alacoque Macedo; Representante Titular da Caixa Econômica Federal, Carlos Eduardo Pedretti, Representante Suplente do Banco do Brasil.

1 **ABERTURA:** Aos dezessete dias do mês de julho de 2006, no Ministério do Trabalho e
2 Emprego, teve início a Octogésima Quinta Reunião Ordinária do Grupo de Apoio Permanente ao
3 Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – GAP/CODEFAT, sob a
4 coordenação do Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Carlos Augusto Simões Gonçalves
5 Júnior. O Coordenador do GAP deu início à reunião, apresentando os Itens constantes da Pauta e
6 destacando que o terceiro Item, que tratava das Propostas de Acompanhamento dos Depósitos
7 Especiais do FAT, já havia sido objeto de discussão no GAP há algum tempo. Ponderou que se
8 tratava de um compromisso do Ministério do Trabalho e Emprego de apresentar esse projeto
9 para apreciação dos membros do Grupo e, também, exigência dos órgãos de controle para que se
10 estruturasse uma política permanente de acompanhamento dos depósitos especiais. Observou que
11 os três assuntos constantes como extra pauta já vinham sendo objeto de tratamento técnico no
12 âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego que, por uma decisão do governo, estariam sendo
13 submetidos aos Conselheiros do CODEFAT, após apreciação pelo GAP, por tratar-se de uma
14 medida excepcional e considerada relevante do ponto de vista social para os empregados dos
15 setores que seriam beneficiados. O Representante Suplente da CNA, Sr. Luciano Carvalho,
16 observou que gostaria de discutir um aspecto da Resolução nº 494, do CODEFAT, ao que o
17 Coordenador do GAP sugeriu que o assunto fosse tratado, juntamente com outros que por
18 ventura fossem colocados, ao final da reunião. Dando prosseguimento, o Coordenador do GAP
19 passou para o **ITEM 1 – Aprovação das Atas da 84ª Reunião Ordinária e 12ª Reunião**
20 **Extraordinária do GAP/CODEFAT, de 15 de dezembro de 2005 e 26 de abril de 2006,**
21 **respectivamente.** Indagou se havia alguma consideração a ser feita, ao que a Representante

22 Titular da Caixa Econômica Federal, Sra. Margarida Maria Alacoque Macedo, observou que seu
23 nome não constava da Ata da 12ª Reunião Extraordinária, sendo a referida observação
24 devidamente registrada, e as Atas consideradas aprovadas. Passou então à apreciação do segundo
25 Item da Pauta. **ITEM 2 - Pré-Proposta Orçamentária do FAT - Exercício 2007.** O
26 Coordenador do GAP ressaltou que o MTE, por intermédio da Bancada do Governo, quando
27 tratou a proposta orçamentária para 2006, no exercício anterior, assumiu o compromisso político,
28 junto as Bancadas dos Trabalhadores e Empregadores, que seria apresentada uma pré-proposta
29 orçamentária, ao GAP e após ao CODEFAT para deliberação, antes da manifestação do
30 Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG, sobre os limites orçamentários, para
31 posterior envio ao Planejamento, a quem caberia, por intermédio do Poder Executivo, o
32 encaminhamento ao Congresso Nacional. Observou que o limite orçamentário ainda não havia
33 sido definido pelo MPOG, tendo sido acelerada a discussão interna no MTE para construção
34 dessa proposta preliminar, para que o Conselho exercesse sua competência legal e se
35 manifestasse sobre a proposta orçamentária, compromisso assumido pela Presidência em
36 exercício do CODEFAT. O Coordenador do GAP ressaltou que, para efeito da apresentação da
37 pré-proposta orçamentária, nada mais adequado que contar com a presença do Secretário-
38 Executivo Adjunto do Ministério do Trabalho e Emprego, Sr. Dedilson Nunes, e a equipe técnica
39 da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, que fariam a
40 apresentação da estrutura da proposta orçamentária. Na seqüência, passou a palavra ao
41 Secretário-Executivo Adjunto do MTE que iniciou sua preleção enfatizando a relevância de
42 pensar o orçamento do MTE, não só de forma democrática mas, também, com base na sua real
43 necessidade, melhorando, assim, o apoio ao Sistema Público de Emprego e a estrutura interna do
44 MTE. Ponderou que sua vinda à reunião do GAP seria para explicar a elaboração da proposta
45 orçamentária, e o que estava sendo proposto de incremento no orçamento, com vistas a recuperar
46 as DRT e melhorar os sistemas e rede interna do MTE. O Coordenador do GAP observou que a
47 pré-proposta havia sido estruturada levando em consideração as premissas da construção da Lei
48 Orçamentária, e que o nível de desagregação que seria apresentado estaria de acordo com as
49 exigências previstas no Plano Plurianual - PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.
50 Destacou a dificuldade encontrada nas três últimas propostas orçamentárias de estabelecer esse
51 padrão e que, na última, o compromisso foi estabelecer e submeter uma proposta com esse
52 mesmo nível de desagregação para apresentação ao Congresso Nacional. O Coordenador do
53 GAP passou a palavra ao Sr. José Luiz Pacheco, técnico da SPOA, o qual informou que a
54 finalidade da apresentação seria demonstrar as grandes variações programadas de 2006 para
55 2007 e os fundamentos dessas variações, verificando junto aos Representantes do GAP quais

56 eram as necessidades de detalhamento para a Reunião do CODEFAT que se realizaria no dia
57 seguinte. Calcando sua apresentação no relatório em tela, referiu-se à evolução do orçamento das
58 despesas discricionárias: R\$ 612 milhões em 2004 e R\$ 605 milhões em 2005. Destacou que
59 para o exercício de 2006, com a edição de Medida Provisória que criou crédito extraordinário,
60 houve um crescimento considerável no FAT de cerca de R\$ 60 milhões e no MTE, como um
61 todo, de cerca de R\$ 200 milhões, sendo a proposta para 2007 de R\$ 1.290 bilhão. Enumerou as
62 principais despesas que contribuíram para o aumento do pré-orçamento de 2007: 1) SINE - de
63 R\$ 147 para R\$ 158 milhões; 2) Qualificação - de R\$ 150 para R\$ 300 milhões; 3) Contratos
64 relacionados ao processamento do Seguro-Desemprego, Abono Salarial emissão de CTPS, assim
65 como os serviços bancários - de R\$ 220 para R\$ 390 milhões. Explicou que a maior parte dessa
66 variação estaria relacionada à programação do pagamento de dívidas, informando que o MTE,
67 em razão da compressão orçamentária e da redução de limites, há vários anos não vinha
68 conseguindo honrar com a totalidade dos seus contratos, razão pela qual esse pagamento estaria
69 sendo programado para 2007. Relatou que as despesas de administração seria basicamente o
70 custeio do MTE: aluguel, água, telefone, luz, manutenção das DRT e despesas de logística,
71 ressaltando que esse grupo apresentava grande variação. O técnico da SPOA informou que o
72 Secretário-Executivo Adjunto detalharia o programa de investimento para recuperação das DRT
73 e que o Coordenador-Geral de Informática, Sr. Lino Roque Kieling, apresentaria as despesas de
74 informática, setor em que o MTE não vinha conseguindo se atualizar e realizar os projetos
75 necessários. Indicando a queda dos recursos para despesas com publicidade, observou que há
76 cerca de três ou quatro anos o Ministério gastava cerca de R\$ 30 milhões com campanhas de
77 divulgação do calendário do Abono Salarial, Seguro-Desemprego, e outras, e que esse recurso
78 vinha sendo comprimido. Ponderou que o MTE estaria propondo retornar esses investimentos de
79 forma a propiciar uma divulgação mais ampla das suas políticas. Enfatizou que o item outras
80 despesas congregava pequenos grupos, com detalhamento no relatório entregue, e que não eram
81 passíveis de agregação em um grande montante. Relatou que esses pequenos grupos incluíam
82 CBO, Observatório do Mercado de Trabalho e ações que não se relacionavam diretamente com
83 os grandes grupos da política do MTE e que, a respeito do Microcrédito Produtivo Orientado,
84 que havia surgido como uma ação orçamentária em 2006, o MTE estaria programando uma
85 elevação no orçamento em 2007. Referiu-se à evolução das despesas obrigatórias para informar a
86 execução dos seguintes valores: R\$ 18 bilhões em 2005, R\$ 20 bilhões em 2006 e R\$ 25 bilhões
87 programados para 2007. Ressaltou a evolução da receita: R\$ 26.9 bilhões em 2005, R\$ 28.5
88 bilhões em 2006, com estimativa de R\$ 30.5 bilhões para 2007. O Coordenador do GAP
89 observou que o Secretário-Executivo Adjunto fez questão de apresentar dois itens específicos da

90 proposta orçamentária, que excederiam significativamente os valores de 2006, justificando a
91 expansão da dotação orçamentária, a saber: projeto de modernização das DRT e projeto de
92 estruturação da área de informática. Passou, a seguir, a palavra ao Secretário-Executivo Adjunto
93 e ao Coordenador-Geral de Informática, para prestarem esclarecimentos sobre a proposta
94 orçamentária em discussão. O Secretário-Executivo Adjunto iniciou sua apresentação, fazendo
95 um pequeno histórico do que era a rede de unidades descentralizadas do MTE, chamadas de
96 Delegacias Regionais do Trabalho, Sub-Delegacias Regionais do Trabalho e Agências de
97 Atendimento, das quais o Ministério dispunha de seiscentos e vinte e um pontos, autorizados
98 pelo MPOG. Destacou que essas unidades objetivavam uma atuação descentralizada com a
99 função de credenciar o trabalhador, tanto o desempregado quanto o que perdeu seu emprego,
100 com o benefício do seguro-desemprego, emissão de CTPS e homologação de rescisões.
101 Informou que dos seiscentos e vinte e um pontos, vinte e sete unidades seriam Delegacias
102 Regionais do Trabalho, presentes em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal;
103 quatrocentas e oitenta Agências de Atendimento e os demais pontos restantes composto pelas
104 Sub-Delegacias, estrutura menor do que a Delegacia, mas com as mesmas funções. Destacou que
105 entre Agências de Atendimento e Sub-Delegacias, cento e dezessete já haviam sido fechadas por
106 absoluta falta de infra-estrutura e de funcionários do MTE, sendo que, atualmente, uma grande
107 parte dos servidores que atuavam nesses postos era cedida por outros órgãos, através de
108 convênios de cooperação com prefeituras, do próprio Estado ou da Secretaria Estadual do
109 Trabalho que colaboravam para o funcionamento dessas unidades. Relatou que as unidades
110 foram sendo instaladas ao longo do tempo, com boa parte dos prédios utilizados pertencentes ao
111 patrimônio da União e outra parte alugados pelo MTE. Enfatizou a precariedade das instalações,
112 solicitando que os presentes observassem o relatório apresentado, verificando a situação
113 emergencial e destacando que o projeto atual não visava padronização ou identidade visual
114 apesar de ser, também, muito importante, mas que visava, no momento, pelo menos a
115 recuperação das unidades. Ressaltou que atualmente não havia padronização nas DRT, como
116 existia em alguns postos do Sistema Nacional de Emprego - SINE, sendo que cada unidade
117 apresentava identidade visual diferente, deixando o MTE vulnerável pelo fato de não se
118 apresentar ao trabalhador de uma forma padronizada, assim como o próprio trabalhador ficava
119 vulnerável, ao ter tratamento diferenciado nos Estados ou Municípios. Informou que esteve em
120 uma DRT, há cerca de quinze dias, interditada pela própria área de saúde e segurança da
121 Unidade, destacando que o orçamento para fazer essa reforma em 2006 foi de R\$ 1.4 milhão, e
122 que ainda não havia sido utilizado nem um centavo por não se saber exatamente por onde
123 começar. Informou que mesmo com a necessidade existente, já apontada pelo próprio Ministério

124 Público, a maioria desses prédios não tinha sequer acessibilidade para os portadores de
125 deficiência, e que seriam feitos ajustes em apenas uma ou duas delegacias. O Secretário-
126 Executivo Adjunto relatou que na Delegacia em São Paulo, por exemplo, já existia um pedido de
127 interdição pelo Ministério Público porque os elevadores não estavam funcionando a contento e
128 não havia facilidade de acesso ao prédio. Esclareceu que os custos das reformas emergenciais
129 estariam estimados em cerca de R\$ 121 milhões. Reiterou que a necessidade maior não seria
130 relativa a identidade visual, reestruturação ou modernização das DRT; mas sim garantir
131 acessibilidade ao cidadão brasileiro e evitar que os prédios desabassem. Informou que eram
132 utilizados prédios do patrimônio da União e outros cedidos pelo INSS, além dos alugados, para
133 funcionamento das Delegacias Regionais, das Sub-Delegacias e das Agências e que, como
134 gestores públicos não podiam deixar que esse patrimônio viesse a ruir, como já estava
135 acontecendo. Enfatizou que a parte de investimento referia-se única e exclusivamente a essa
136 urgência, com necessidade de parcerias para resolver outras questões, já que estavam sendo
137 contemplados exclusivamente os prédios da União. Ressaltou que as DRT tinham, pelo menos
138 desde o início de 2003, a execução orçamentária no mesmo patamar, ou seja, cerca de R\$ 60
139 milhões por ano. Afirmou que o trabalho nas DRT não estava voltado somente para a área
140 administrativa, mas, também, de apoio às políticas públicas de trabalho, emprego e geração de
141 renda, sendo necessário corrigir os valores contratuais que ainda não haviam sido atualizados. O
142 Secretário-Executivo Adjunto destacou, como exemplo, que nos contratos de vigilância houve
143 determinação do Ministério Público para concessão do reajuste por ser de categoria, e para que
144 esses contratos pudessem ser renovados ou reajustados, foi necessário cortar pessoal, o que
145 significava um aspecto muito vulnerável na vigilância, com alguns pontos completamente
146 desguarnecidos. Enfatizou que não existia outra solução a não ser promover o ajuste, direito do
147 trabalhador, que deveria ter sido feito ao longo dos anos, pois as DRT utilizavam recursos
148 focados quase que exclusivamente na manutenção administrativa dos programas e das diretrizes
149 governamentais, CTPS, Seguro-Desemprego, além de todo o apoio ao Sistema Público de
150 Emprego. Defendeu que havia chegado o momento de promover o ajuste orçamentário para
151 equilibrar a administração dessas unidades. Destacou que como foi executado nesses três anos
152 cerca de R\$ 62 milhões, o incremento verificado para despesa administrativa e de apoio aos
153 programas nas DRT seria de aproximadamente 30%, feito com base em um levantamento
154 bastante apurado, unidade por unidade. Finalizando, destacou que não havia como funcionar se
155 esse investimento não fosse feito, referindo-se somente às despesas administrativas das unidades.
156 O Coordenador do GAP complementando, reforçou que há muito tempo se tratava sobre as
157 mudanças na organização do SPETR e que se veria a forma de tratar junto ao CODEFAT que

158 estava decidido no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Ponderou que não seria uma
159 obrigação de norma estabelecer para o caso específico da habilitação ao Seguro-Desemprego e
160 da CTPS, os mesmos requisitos técnicos de metodologia para o repasse do recurso que era
161 descentralizado pelo MTE, via Secretaria Executiva ou SPPE, mas em particular,
162 estabelecimento de metas conforme previsto nos Convênios celebrados com Estados e
163 Municípios. Arrazouou que referidos Convênios comporiam os equipamentos de
164 operacionalização, espaço físico, estrutura de pessoal e equipamentos, assumindo o compromisso
165 de determinadas metas a serem cumpridas como parte constitutiva do mesmo na habilitação do
166 Seguro-Desemprego e Intermediação de Mão de Obra. Acrescentou que gostaria de utilizar a
167 referência do SPETR no estabelecimento de metas, também, para as Regionais do MTE e
168 entendê-las como parte constitutiva de um Sistema Público de Emprego, que envolvesse as três
169 Unidades da Federação: União, Estados e Municípios; no âmbito daquelas resoluções aprovadas
170 por consenso nos dois Congressos do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Enfatizou
171 que esses Congressos contaram com o mais amplo apoio e intervenção direta do CODEFAT, do
172 FONSET e dos agentes financeiros na própria operacionalização desses eventos. Alegou que
173 seria importante levar em consideração que o esforço de recomposição do orçamento para a
174 manutenção das DRT viria acompanhado de uma mudança de política que envolveria dois
175 vetores fundamentais. Considerou, em primeiro lugar, que as Regionais deveriam ser tratadas
176 institucionalmente como parte constitutiva do MTE, o que já representaria um esforço político e
177 técnico razoável. Citou que muitas vezes era comum o entendimento nos Estados de considerar
178 as Unidades quase como corpos adicionais em abstrato de uma representação da União, no
179 Estado ou em determinada localidade. Esclareceu que as Unidades eram partes constitutivas do
180 Ministério do Trabalho e Emprego, quer no seu arranjo institucional, quer na orientação de
181 política, acrescentando que o MTE estava empenhando esforços para assegurar essa premissa
182 política, mitigando consideravelmente os conflitos federativos nos Estados, particularmente,
183 naqueles em que Regionais do MTE ou os próprios Estados eram mais ativos na mobilização de
184 atores para execução de políticas públicas de emprego. Em segundo lugar, ponderou que as
185 Regionais, seus equipamentos, sede e estrutura de capacidade ocupacional para habilitação de
186 Seguro-Desemprego e emissão de CTPS, deveriam ser considerados como partes constitutivas
187 dos equipamentos do SPETR, fossem aqueles conveniados com Estados e Municípios ou aqueles
188 de responsabilidade direta do MTE nos Estados. O Coordenador do GAP destacou que esse
189 avanço institucional, só seria possível se fossem dados passos para a consolidação dessa
190 estratégia, consagrada nos dois Congressos realizados, com as Delegacias Regionais dotadas em
191 igualdade de condições de compor o SPETR e visando o atendimento ao trabalhador. Ponderou

192 que de modo complementar, e se necessário, conforme previsto na proposição do Secretário-
193 Executivo Adjunto, seria redefinido o espaço físico das Delegacias Regionais e das Sub-
194 Delegacias que, historicamente, nunca havia feito parte de um planejamento integrado do
195 SPETR. Relatou que apesar de lastimável, era muito comum ser encontrado em determinadas
196 regiões metropolitanas um amplo espaço de uma DRT praticamente em frente a um Posto
197 Central do SINE, enquanto que nas periferias dessas regiões metropolitanas, que atualmente
198 concentravam boa parte do emprego gerado pela indústria e comércio, não existia nenhuma
199 instituição pública, fosse do Município, Estado ou União, para fazer habilitação do Seguro-
200 Desemprego, Intermediação de Mão-de-Obra ou mesmo qualificação profissional. Argumentou
201 que esse planejamento físico demandaria um esforço orçamentário tradicional, fosse da previsão
202 orçamentária específica das DRT, ou das que estavam sendo previstas, o que seria discutido
203 posteriormente, especificamente para o orçamento dos SINE. A Representante Titular da CNI,
204 Sra. Simone Saisse Lopes, indagando se a proposta consolidada das DRT seria de R\$ 214
205 milhões, mais crédito extraordinário no valor de R\$ 64 milhões, colocou que não estava
206 conseguindo compatibilizar os números que foram apresentados com aqueles constantes no
207 documento apresentado, pois entendia que a proposta multiplicava o que estaria sendo executado
208 em 2006, por mais de três. O Secretário Executivo Adjunto explicou que o orçamento de R\$ 64
209 milhões seria exclusivo para despesas administrativas da DRT, havendo mais o valor atual de R\$
210 1.4 milhão, quantidade insuficiente para consertar se quer os elevadores da DRT de São Paulo,
211 cujo reparo estava orçado em R\$10 milhões. Explicou que do total de R\$ 214 milhões,
212 aproximadamente R\$ 121 milhões, seriam destinados às reformas necessárias nos prédios
213 próprios, DRT, Sub-Delegacias e Agências, cumprindo, inclusive, determinação do Ministério
214 Público de colocar rampas de acessibilidade a portadores de deficiência. Acrescentou que cerca
215 de R\$ 92 milhões seriam para a manutenção das DRT e que nesse aspecto se daria o incremento
216 de cerca de 30%, passando de R\$ 64 para R\$ 92 milhões. O Representante Titular da CGT, Sr.
217 Francisco Canindé Pegado do Nascimento, indagou sobre a situação dos imóveis alugados, ao
218 que o Secretário-Executivo Adjunto esclareceu que já havia um processo de devolução desses
219 prédios, e que já estaria em andamento parcerias com outros órgãos públicos e privados, bem
220 como com estados e municípios, para compartilhamento de espaços. Ressaltou que já havia sido
221 mapeada e oferecida para o MTE parceria em regime de comodato, com órgãos públicos,
222 prefeituras e estados, onde ficaria a cargo do MTE a responsabilidade da instalação de pontos de
223 rede e de colocação da estrutura para funcionamento. Esclareceu que como esse trabalho já havia
224 sido iniciado não estava incluído no relatório, pois já vinha sendo feito com as disponibilidades
225 existentes. O Secretário-Executivo Adjunto observou que esse procedimento estaria priorizando

226 lugares com problemas mais sérios, como Joinville, onde um espaço foi disponibilizado pela
227 Prefeitura, dado que o prédio alugado estava totalmente depredado, acrescentando que em alguns
228 casos se estaria fazendo a reforma necessária para o prédio ser devolvido. Mencionou que alguns
229 shopping centers estariam interessados na presença da DRT, ou até mesmo de uma Agência, sob
230 a justificativa de que a habilitação ao seguro-desemprego e emissão de CTPS, aumentaria o fluxo
231 de pessoas, o que representaria uma boa parceria para os negócios, ressaltando que esses
232 estabelecimentos comerciais estavam propondo inclusive a liberação do pagamento de
233 condomínio. Informou que a partir do trabalho de devolução de imóveis restavam poucas
234 Agências localizadas em prédios alugados. O Representante da CGT solicitou ao Secretário-
235 Executivo Adjunto que fizesse, quando possível, o detalhamento dos custos da reforma dos
236 imóveis alugados e a fase em que se encontrava a devolução desses prédios. Louvando a
237 iniciativa de reaparelhar as unidades para oferecer condições dignas de atendimento ao cidadão,
238 relatou que Delegados e Sub-Delegados reclamavam da parte física das unidades, mas
239 principalmente da necessidade de técnicos, auditores e pessoal administrativo. O Representante
240 da CGT ressaltou que gostaria de ver, também, o empenho do MTE nessa área de pessoal, pois
241 acreditava que até o final do ano de 2007 certamente as DRT estariam devidamente
242 reaparelhadas e modernizadas para atender às necessidades do cidadão. O Secretário-Executivo
243 Adjunto expressou sua satisfação ao saber que a questão de pessoal também preocupava os
244 membros do GAP, afirmando que isso motivaria, inclusive, a idéia de apresentar um projeto
245 maior onde se pudesse, através do CODEFAT, promover todo o aparelhamento da rede do MTE.
246 Ponderando que o desgaste devido à falta de infra-estrutura era grande, mas de pessoal
247 certamente era muito maior, informou que o MTE contava com cento e quarenta e um cargos
248 diferentes na carreira administrativa, de controlador de vó até identificador datiloscópico.
249 Explicou que isso acontecia, em parte, pelo fato de no passado servidores de outros ministérios,
250 que requeriam transferência para os estados e não tinham representação estadual de seu órgão,
251 serem transferidos para as DRT. Informou que estaria sendo apresentado um Projeto de Lei junto
252 ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Casa Civil da Presidência da República,
253 de concurso público para recrutamento de 1.950 novos funcionários para a carreira
254 administrativa. O Secretário-Executivo Adjunto informou que estaria sendo feito um trabalho de
255 capacitação dos servidores para que pudessem ter um nível de produtividade maior na ponta,
256 esclarecendo que não adiantaria ter um contingente gigantesco, quando a necessidade seria de
257 analista e assistente administrativo. Ponderou que estaria assumindo o compromisso de
258 apresentar um projeto com ações de melhoria das Unidades e que gostaria de contar com a
259 colaboração do GAP nesse sentido. Avaliou que as Unidades precisariam de reforma também na

260 identidade visual, como havia sido feito em algumas unidades do SINE e que desejava trazer
261 esses planos para que se pudesse evoluir, modernizando o atendimento e melhorando o ambiente
262 de trabalho na ponta, o que contribuiria para a melhoria do atendimento ao cidadão. O
263 Representante da CGT, declarando-se satisfeito, considerou salutar a qualificação do pessoal
264 também na área específica. O Coordenador do GAP, indagando se havia mais algum
265 questionamento, passou a palavra ao Representante Suplente da CUT, Sr. Sidiclei da Silva
266 Patrício, que referindo-se ao incremento de R\$ 170 milhões na operacionalização do Seguro-
267 Desemprego e de R\$ 200 milhões na questão da administração, indagou se a questão da
268 informática estaria encaixada na administração, na operacionalização ou nos dois, ao que o
269 Coordenador-Geral de Informática, Sr. Lino Roque Kieling, informou que se encontraria na
270 administração. O Coordenador do GAP ressaltou que estava sendo elaborado pela Coordenação-
271 Geral de Informática, um projeto estratégico de autonomia tecnológica na operacionalização dos
272 programas que exigiriam ação descentralizada no SPETR, e informando que a maior parte do
273 orçamento estaria sendo proposta na CGI, mas que, juntamente com sua equipe, tinham acordado
274 em colocar adicionalmente, por segurança, um recurso de cerca de R\$ 40 a R\$ 50 milhões que
275 poderiam, caso fosse cortado parte do orçamento, serem utilizados para a implantação do plano
276 estratégico de informática. O Representante Suplente da CGT, Sr. Valdo Soares Leite, destacou a
277 necessidade de ficar atento à questão dos contingenciamentos, citando que uma das primeiras
278 verbas a serem contingenciadas seria da área de informática. O Coordenador do GAP, tomando
279 como superada a discussão específica de administração no orçamento, passou às inscrições para
280 os demais itens. Recordou que antes da apresentação do técnico da SPOA, teria sido feita uma
281 consideração para que dois itens fossem justificados especificamente: o primeiro era a dotação
282 do orçamento para as DRT, item já superado; e o segundo relativo à informática, que seria
283 justificado agora pelo responsável da referida área. O Coordenador-Geral de Informática
284 destacou cinco pontos, novos ou que sofreram incrementos: 1) expansão da rede de
285 telecomunicações de todo o Ministério que atenderia às DRT, chegando às Sub-Delegacias, e se
286 possível, às Agências, com circuito de maior qualidade, qualificação e velocidade, o que
287 resultaria na melhoria do atendimento ao cidadão na ponta; 2) segurança das informações
288 guardadas no MTE, o qual apresentava uma estrutura de segurança muito frágil, não sendo
289 considerada de forma mais contundente em relação à sua importância. Sendo a proposta,
290 investimento em salas de segurança, virtualização, servidores, ou seja, espelhamento de
291 servidores e, também, aquisição de ferramentas que permitissem um nível de segurança bastante
292 alto das informações armazenadas; 3) mão de obra da CGI, que contaria atualmente com cerca
293 de 98 a 99% de funcionários terceirizados, com desafios importantes pela frente, como por

294 exemplo, novo projeto de CTPS e a internalização de toda a qualificação de mão de obra, o que
295 acarretaria em aumento de pessoal qualificado; 4) atualização de cerca de 20% de todo o parque
296 computacional que atendia às DRT; e, 5) regularização de licenças de sistemas operacionais e
297 outros utilizados no MTE e nas DRT. Finalizou, informando que o previsto para 2006 foi de R\$
298 25 milhões, e para 2007, cerca de R\$ 47 milhões, representando um incremento em torno de R\$
299 22 milhões. O Coordenador do GAP destacou que, como Diretor de Emprego e Salário e
300 responsável pelas principais ações que exigiam a área de informática conhecia esses problemas.
301 Relatou que, quando das negociações com os prestadores de serviço na área de informática, foi
302 obrigado a aprender um pouco das condições de infra-estrutura dos Ministérios, sobre dotação
303 orçamentária, equipe e projeto, destacando a existência de uma empresa que detinha quase um
304 monopólio desse tipo de prestação de serviço. Ponderou que nesse processo tomou conhecimento
305 de duas questões importantes relativas às empresas que prestavam serviço de informática ao
306 MTE: 1) toda base final de dados do Seguro-Desemprego e dos demais programas que
307 envolviam a prestação de serviços de terceiros estaria sob a guarda desses prestadores. Enfatizou
308 que, conforme era do conhecimento de todos, se alguém detinha o controle da base de dados do
309 programa de Seguro-Desemprego, despesa obrigatória prevista na Constituição Federal, essa
310 pessoa jurídica, por pressuposto, seria detentora de uma inquestionável capacidade de barganha e
311 de negociação junto ao MTE. Relatou que não existia um espelhamento dessa base, e que, caso
312 isso estivesse no ambiente de produção do MTE já se teria condições de apresentar um projeto
313 estratégico de modernização tecnológica de todos os sistemas. Informou que o relacionamento
314 com essa empresa foi mediado durante um ano pela Justiça Federal e, atualmente, pelo
315 Ministério Público, não existindo contrato desde junho de 2004. Considerou como premissa,
316 qualquer que fosse o gestor a responder pelo MTE a partir de janeiro de 2007 e que pretendesse
317 apresentar um projeto de modernização tecnológica de todo o Sistema Público de Emprego, o
318 espelhamento dessa base de dados local e sob gestão do MTE, caso contrário não conseguiria
319 apresentar nenhum projeto de autonomia e de conquista de autonomia tecnológica ou de domínio
320 de inteligência de qualquer que fosse o sistema; e, 2) sobre segurança, informou que na última
321 rodada de negociação se conseguiu que a empresa montasse um espelhamento da base de dados
322 sobre o qual, por amostragem, se poderia extrair determinadas informações a pretexto de gestão,
323 cruzando a base do Seguro-Desemprego com Intermediação de Mão de Obra e Qualificação.
324 Esse cruzamento permitiria o estabelecimento de premissas para integração efetiva de programas
325 ou para efeito de auditoria e, ainda, conhecer se a pessoa jurídica responsável pelo
326 processamento ou outras pessoas jurídicas que participassem desta cadeia produtiva, mantinham
327 a fidelidade da informação sobre quem estaria apto ou não a receber o benefício do Seguro-

328 Desemprego. O Coordenador do GAP observou que a partir do espelhamento do banco de dados
329 o MTE passaria, pelo menos em âmbito técnico, a contar com a possibilidade de ter uma trilha de
330 auditoria para aferir o lote que chegava para pagamento do Seguro-Desemprego e as pessoas
331 físicas habilitadas e, ainda, se a lei e resoluções estavam sendo cumpridas. Informou que ainda
332 não havia sido homologado esse espelhamento e que o mesmo estaria sendo testado pela área de
333 informática. Esclareceu que a apresentação do projeto estratégico de informática para apreciação
334 e discussão, se justificaria em função da inclusão de recurso adicional na proposta orçamentária.
335 Mencionou que talvez fosse importante apresentar na reunião do CODEFAT algumas
336 considerações sobre as linhas gerais do projeto estratégico para esclarecer a relevância e
337 importância dessa dotação orçamentária para o MTE. Enfatizou a necessidade de o Ministério
338 atender às exigências dos órgãos de controle, e que esse projeto de conquista de autonomia
339 tecnológica seria também determinação do Tribunal de Contas da União - TCU, destacando que
340 não se referia a uma determinada área ou gestor, mas sim para cumprir essa determinação.
341 Lembrou que o TCU resolveu incluir os Conselheiros no rol de responsáveis pela gestão das
342 ações com recursos do FAT, sendo esse um assunto que deveria ser tratado com bastante
343 dedicação e relevância. O Representante da CGT arrazoou que seria fundamental essa tecnologia
344 estar à disposição do MTE e que o CODEFAT certamente contribuiria para isso, aportando no
345 orçamento os recursos necessários para que fossem atendidas essas exigências legais,
346 principalmente as demandadas pelo TCU. Ponderou que se esperaria que esse grau de
347 informatização superasse os problemas relacionados ao banco de dados, ao SIGAE, às
348 atualizações das informações, pois passados quatro ou cinco anos, os Conselheiros continuariam
349 sendo chamados para apresentação de documentos que deveriam estar no banco de dados do
350 MTE. Considerou interessante que fosse apresentado um projeto, uma minuta mínima sobre o
351 assunto, que indicasse quais os benefícios para os parceiros a partir dessa modernização, pois
352 caso contrário seria apenas mais um repasse de recursos para o MTE utilizar em várias ações,
353 estando convicto que o que estaria sendo feito transcenderia a política pública de emprego.
354 Finalizou, louvando o projeto, que considerava fundamental, mas que deveria ficar registrado
355 que a modernização beneficiaria a todos, considerando a responsabilidade dos Conselheiros
356 sobre esse repasse. O Coordenador do GAP deu por esgotado esse assunto, até que fosse
357 discutido novamente no CODEFAT, com o registro do que havia sido apresentado pelo
358 Representante da CGT. Indagou se haveria alguma inscrição adicional sobre os demais itens do
359 orçamento, aproveitando a presença do Secretário-Executivo Adjunto para esclarecimentos. O
360 Representante da CGT, ponderando que no consolidado do pré-orçamento de 2006, foram
361 aprovadas despesas discricionárias de aproximadamente R\$ 874 milhões, ficando a execução em

362 torno de R\$ 677 milhões, inquiriu junto ao Secretário Executivo Adjunto, com relação a previsão
363 de R\$ 1,3 bilhão para 2007, qual seria sua expectativa de ajuste por parte da Secretaria de
364 Orçamento e Finanças - SOF. Observou um aumento de quase 25% no pré-orçamento e no ajuste
365 em comparação ao exercício anterior, questionando se já havia alguma posição discutida,
366 alegando que esse percentual poderia ser melhorado diante de uma expectativa de corte pela
367 SOF. Enfatizou que sem o ajuste não se teria como discutir mais profundamente, mas se tivesse
368 uma noção do que poderia acontecer se exploraria mais detalhadamente, para poder examinar
369 rubrica por rubrica. O Secretário Executivo Adjunto enfatizou que 2006 teria sido um ano atípico
370 em razão da própria aprovação do orçamento, que se deu somente em abril e com liberação a
371 partir de maio. Destacou que se percebia uma mudança significativa no relacionamento do
372 Planejamento, mais especificamente da SOF, e do próprio ministro da Fazenda em relação aos
373 outros Ministérios e ao MTE, acrescentando que a preocupação conjunta do Planejamento e da
374 Fazenda giraria em torno da expectativa da receita a ser obtida. Ressaltou a necessidade do
375 incremento, no pré-orçamento principalmente nos programas finalísticos, e defendeu o fim do
376 contingenciamento na qualificação e na intermediação de mão-de-obra. Referindo-se a outra
377 preocupação, que provavelmente seria tratada mais adiante pelo Coordenador do GAP, relativa
378 ao pagamento dos seguros, informou que o MTE estaria com uma dívida muito grande,
379 principalmente com a CAIXA, o que deveria ser acertado, mas não no orçamento em tela.
380 Ressaltou que não considerava correto incrementar os recursos pensando no que seria cortado,
381 acrescentando que os Ministros Guido Mantega e Paulo Bernardo tinham acordado com o
382 Ministro Luis Marinho que a proposta ou liberação orçamentária no limite de empenho do MTE,
383 teria a mesma proporção em limite financeiro, ou seja, estaria com a execução garantida. Relatou
384 que o grande problema enfrentado pelo MTE se relacionava a distribuição linear mensal, sendo
385 que as demandas seriam diferentes de um mês para outro. O Secretário-Executivo Adjunto
386 destacou que havia, por parte do Ministro da Fazenda, garantia absoluta de que os recursos
387 liberados para limite de empenho teriam os recursos financeiros liberados na mesma proporção e
388 no mesmo mês, não vendo muita preocupação em que os mesmos fossem ampliados pensando
389 em corte, definindo o relacionamento entre os órgãos como mais tranquilo, transparente e direto.
390 Na seqüência, passou a palavra ao técnico da SPOA, para que relatasse suas impressões como
391 técnico da área financeira do Ministério, o qual informou que em final de julho, início de agosto
392 de 2006, o primeiro limite que o Ministério do Planejamento liberou para o MTE foi de R\$ 545
393 milhões, quase metade do que viria a ser o orçamento. O técnico da SPOA informou que quando
394 saiu essa proposta do Ministério do Planejamento e com as primeiras negociações do Ministro
395 Luis Marinho, o valor que chegou ao Congresso passou para R\$ 650 milhões, valor

396 incrementado com as gestões do MTE, por volta de R\$ 165 milhões em emendas junto ao
397 Relator Geral e outras negociações, passando para R\$ 807 milhões. Informou que após essas
398 medidas, o valor do orçamento que entrou na Medida Provisória chegou a R\$ 1.7 bilhão,
399 destacando que caso o Ministério estivesse disposto a se ajustar ao limite inicial colocado pelo
400 Ministério do Planejamento, hoje o orçamento seria de R\$ 545 milhões. Por fim, observou que o
401 objetivo seria submeter ao CODEFAT uma proposta para uma avaliação qualitativa para que o
402 Ministro do Trabalho, quando fosse ao Ministério do Planejamento, tivesse o aval do Conselho.
403 O Coordenador do GAP, dirigindo-se ao Representante da CGT, observou que uma das
404 referências tomadas, não seria só do ponto de vista técnico como também político, ressaltando
405 que a proposição do MTE para o CODEFAT era de que o Ministro do Trabalho pudesse
406 submeter a proposta ao Ministério do Planejamento tendo a Lei Orçamentária Anual - LOA
407 como referência de piso, mais o crédito extraordinário de 2006. O Coordenador do GAP colocou
408 que o MTE conseguiu negociar a inclusão das ações de emprego na Medida Provisória editada
409 pelo Presidente da República por uma excepcionalidade constitucional, que daria amparo a
410 aprovação de orçamento emergencial para determinadas ações contínuas ou permanentes ou em
411 caso de calamidade pública. Enfatizou que o valor de R\$ 1.8 bilhão, deveria ser considerado o
412 piso na distribuição dos programas, nas áreas finalísticas e demais áreas de apoio e,
413 adicionalmente, ao esforço de modernização e reaparelhamento das DRT, informatização do
414 próprio MTE e ações do SPETR. O Representante da CGT ressaltou que compartilhava da
415 mesma expectativa otimista do Secretário-Executivo Adjunto, ou seja, que a proposta
416 orçamentária receberia poucos ajustes por parte da SOF, até em virtude da boa relação e
417 prestígio que o Ministro Luis Marinho gozava junto ao Presidente Lula. O Coordenador do GAP
418 observou que poderia se apresentar uma diferença razoável de expectativas dessa dotação
419 orçamentária, entre o posicionamento do próprio Ministério do Trabalho e do CODEFAT e o
420 limite a ser ajustado pela SOF, sendo que seria objeto de negociação, com conhecimento e
421 apresentação posterior ao próprio Conselho. Esclareceu que foi um compromisso político do ano
422 passado de inverter a lógica de construção do orçamento, que o MTE submeteria uma proposta a
423 partir das demandas e necessidades e o CODEFAT apreciaria, podendo elevar, reduzir ou
424 remanejar essa proposta orçamentária, considerando a sua competência. Agradecendo a presença
425 e disponibilidade do Secretário-Executivo Adjunto, o Coordenador do GAP sugeriu,
426 incorporando encaminhamento do Representante da CGT, que numa próxima oportunidade a
427 Secretaria Executiva do MTE apresentasse o projeto de reaparelhamento e de pessoal das
428 Delegacias, dando por esgotado o tema até ser levado à reunião do CODEFAT. Na sequência,
429 passou ao **ITEM III – Proposta de Acompanhamento dos Depósitos Especiais do FAT e do**

430 **FUNPROGER.** A Coordenadora-Geral da Coordenação Geral de Emprego e Renda, Sra.
431 Adriana Ligiéro, iniciou a apresentação da Proposta de Acompanhamento dos Depósitos
432 Especiais do FAT, ressaltando que se tratava de demanda colocada pelo próprio CODEFAT para
433 que se estruturasse melhor uma proposta desse acompanhamento, que era uma das
434 responsabilidades do próprio Conselho e operacionalizado pelo Ministério, observando que
435 atenderia, também, uma demanda dos órgãos de controle. Ressaltou que em um contexto mais
436 amplo seria responsabilidade do CODEFAT à gestão dos recursos do FAT, inclusive
437 acompanhamento e supervisão permanentes, citando que havia duas partes separadas da Proposta
438 que refletiam a forma como essa ação de acompanhamento, supervisão e avaliação se dava no
439 MTE: 1) a Coordenação Geral de Emprego e Renda - CGER, seria a área responsável pela
440 execução física; e 2) a Coordenação Geral de Recursos do FAT – CGFAT, respondia pela
441 execução financeira. Citou que se esperava, a partir da implementação dessa Proposta, que o
442 MTE pudesse trazer ao Conselho subsídios mais adequados para a tomada de decisões,
443 garantindo uma maior aderência dos agentes financeiros às diretrizes e normativas do
444 CODEFAT na operação dos programas e linhas de crédito especiais. A Coordenadora-Geral da
445 CGER destacou que se buscava a agregação de informações sobre o grau de satisfação dos
446 beneficiários, assim como a convalidação das informações prestadas pelos agentes financeiros.
447 Destacou que do ponto de vista de acompanhamento da execução física estariam sendo propostas
448 ações para o cumprimento de três etapas: 1) acompanhamento das informações dos programas de
449 forma sistematizada, com duas ações básicas: a) aperfeiçoamento do Sistema de
450 Acompanhamento da Execução do PROGER – SAEP, com a utilização de tecnologia Web, para
451 aprimorar a captação, armazenamento e disponibilização dos dados, padronização de envio de
452 dados mensais e, em particular, a alimentação direta pela instituição financeira, com o
453 acompanhamento das informações inconsistentes, facilitando, também, o trabalho de auditoria; e,
454 b) cruzamento entre dados físicos e financeiros, ou seja, relatórios gerenciais com os extratos
455 financeiros; 2) controle, com duas ações básicas: a) possibilitar a sistematização da
456 regulamentação dos programas que seriam organizados por agente e linha de crédito, que geraria
457 um relatório simplificado de regulamentação para cada programa; e, b) análise dos dossiês dos
458 agentes financeiros e supervisão *in loco*, com visitas técnicas tanto na matriz dos agentes
459 financeiros como nas agências dos empreendimentos tomadores de crédito, onde seria
460 averiguada, basicamente a administração dos recursos do FAT e questões como propaganda,
461 utilização de logomarca e parâmetros para concessão de crédito e acompanhamento da operação
462 pelo banco, onde os principais itens seriam relacionados a perfil do beneficiário, acesso ao
463 crédito e assistência pós-crédito; e, 3) avaliação, que se daria a partir da sistematização dos

464 objetivos dos programas, sendo que essa avaliação seria articulada com o sistema em
465 desenvolvimento no âmbito do BNDES, para acompanhamento dos efeitos do financiamento
466 sobre a geração de emprego e renda. A Coordenadora-Geral da CGER enfatizou que, como parte
467 da proposta apresentada pela CGFAT, de acompanhamento de execução financeira, se partiria
468 para uma verificação de atuação dos agentes financeiros no que se referia à legalidade,
469 conveniência e eficácia. Colocou que a proposta de acompanhamento da execução financeira
470 estaria dividida, basicamente, em cinco partes: 1) formação de processo de depósito especial; 2)
471 acompanhamento das movimentações financeiras de depósitos especiais; 3) segregação de contas
472 dos depósitos especiais do FAT nas instituições financeiras; 4) análise do relatório anual das
473 aplicações dos depósitos especiais; e, 5) monitoramento das aplicações nos agentes financeiros.
474 Destacou que a supervisão *in loco* se daria de forma conjunta, com participantes das duas
475 Coordenações, que verificariam a organização de dossiês, documentação de cadastro, proposta
476 de operação, regularidade fiscal, extratos, cumprimento das bases operacionais e a existência de
477 assessoria técnica ao beneficiário. A Coordenadora-Geral da CGER indicou que a CGFAT
478 propunha, também, o acompanhamento a partir de contatos telefônicos e por meio de correio
479 eletrônico com o tomador final do crédito, para averiguar a consonância das bases aprovadas e a
480 realidade da execução e também a satisfação dos beneficiários. Sobre a Proposta para
481 Acompanhamento do FUNPROGER, destacou que seria implementada a partir de quatro ações
482 principais: 1) análise da movimentação financeira e relatórios gerenciais; 2) acompanhamento e
483 análise de prestação de contas; 3) convalidação de dados recebidos pelo gestor em instituições
484 financeiras no sistema gerencial do FUNPROGER; e, 4) controle e acompanhamento conjunto
485 dos depósitos especiais do FAT e FUNPROGER. Destacou que a partir de uma ação conjunta
486 entre as áreas física e financeira, estaria sendo trabalhada uma proposta de supervisão aos
487 executores cujo foco inicial seria o PROGER Urbano, por apresentar maior número de
488 operações. Observou que nessa programação estariam previstas visitas ao Banco do Brasil,
489 gestor do FUNPROGER, às matrizes e agências das demais instituições financeiras e operadoras
490 e a pelo menos dois empreendimentos receptores de crédito por agente financeiro por unidade da
491 federação. Finalizou, enfatizando que estariam trabalhando um instrumento, inclusive com
492 questionários definidos para operacionalização dessa parte de supervisão conjunta. O
493 Representante Titular do MAPA, Sr. Wilson Vaz de Araújo, indagou o motivo do FUNPROGER
494 não contemplar o PROGER Rural. O Coordenador-Geral dos Recursos do FAT, Sr. Manoel
495 Eugênio de Oliveira, esclareceu que segundo a lei, o FUNPROGER cobria exclusivamente o
496 Programa PROGER Urbano. A Representante da CNI, observando que o programa de controle
497 era uma demanda do próprio CODEFAT, ressaltou que gostaria de entender o que a Proposta

498 traria de novo, fundamentalmente, em relação aos mecanismos de controle utilizados atualmente.
499 O Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que na essência, não tinha muito de novidade, que
500 novo era trazer a proposta ao Conselho, acrescentando que havia alguns procedimentos que
501 aguardavam condições para ser implementados. A Representante da CNI indagou se as visitas
502 técnicas e o monitoramento *in loco*, já seria uma prática, ao que o Coordenador-Geral da CGFAT
503 esclareceu que não se tratava de uma prática extensiva, mas que se realizava esporadicamente
504 sendo que o próprio CODEFAT requisitava do Ministério uma programação regular de
505 continuidade dessas visitas. Informou que os técnicos do MTE realizaram, pela primeira vez,
506 visita para acompanhamento à Vila Panamericana, o que deveria ter sido feito por no mínimo,
507 duas vezes, e que, juntamente com o BNDES, foram programadas visitas à CSN e à Aracruz,
508 com proposta de regularidade. Exemplificou com o caso do escândalo do anzol, quando foram
509 visitadas cento e três operações, que foram desclassificadas após essa visita. Destacou que estava
510 sendo proposta visitas técnicas continuadas e programadas, que seriam realizadas conjuntamente
511 por servidores da CGER e da CGFAT, sempre por amostragem, exceto no caso em que houvesse
512 uma demanda específica. O Coordenador-Geral da CGFAT, novamente, enfatizou que não se
513 tratava de algo novo, a novidade seria a aprovação do CODEFAT tendo, assim, respaldo perante
514 os órgãos de controle e também dos Ministérios do Planejamento e Fazenda, dado que essas
515 visitas demandavam custos. A Coordenadora-Geral da CGER observou que outra demanda,
516 também do CODEFAT, seria que se aprimorasse o acompanhamento do sistema SAEP para que
517 houvesse uma resposta mais pronta, apontando que isso constava da presente Proposta. A
518 Representante da CNI destacou que havia ficado com algumas preocupações, apesar de
519 considerar pertinente e meritório esse esforço de sistematização e aperfeiçoamento e de que o
520 tomador de recursos deveria prestar contas de como esses recursos eram aplicados e, em caso de
521 descumprimento, ser punido. Ponderou que chamou sua atenção a ênfase às ações de
522 monitoramento *in loco*, o que significaria ser feito com mais regularidade. Enfatizou que, ao
523 utilizar recursos financeiros do FAT para expandir as suas atividades, o tomador final ficaria
524 sujeito a mais essa instância fiscalizatória do MTE, informando que em sua posição de
525 representante da Confederação Nacional da Indústria temia pelo efeito intimidador de um
526 monitoramento *in loco* como esse. Destacou que independentemente da intenção, da boa fé do
527 tomador, todo processo de fiscalização dessa natureza perturbava as operações normais da
528 empresa e envolvia certo risco, ainda que a mesma procurasse tomar todos os cuidados
529 necessários para prestar contas, agindo conforme o que foi acordado. Alegando que esse
530 acompanhamento, de execução física e financeira, com visita *in loco* geraria para o Ministério
531 custos administrativos, que não eram pequenos, com ônus também para a empresa, que

532 minimamente teria que alocar ali parte da sua equipe para atender aos técnicos do MTE, e
533 observando que estava sendo discutindo um aporte orçamentário, um incremento significativo
534 para aparelhar o Ministério com um sistema computacional mais sofisticado, a Representante da
535 CNI indagou quanto a possibilidade do acompanhamento ser realizado remotamente, sem a
536 necessidade de visita *in loco*. Enfatizou que nesse caso, o controle seria um meio e não um fim,
537 considerando importante que se fosse cuidadoso e que no afã de assegurar a idoneidade e a
538 transparência das operações não se permitisse levar a um travamento das atividades, ou seja, a
539 empresa acabasse não tomando recurso, não expandindo, não contratando ou não atingindo,
540 portanto, a finalidade dos empréstimos dos depósitos especiais do FAT, dado que o
541 estabelecimento comercial poderia ficar inibido com a possibilidade de uma ação fiscalizatória.
542 Observou que apesar de entender a intenção da equipe, encontrava um pouco de presunção no
543 fato de que seria preciso ver para crer, que a prestação de contas da empresa não seria suficiente.
544 Destacou que as empresas atualmente faziam várias prestações de contas, tinham vários registros
545 administrativos obrigatórios, que poderiam permitir esse controle mais afinado, sem a
546 necessidade de visita. A Representante da CNI colocou que, do ponto de vista das empresas, não
547 tinha a menor dúvida, essa ação mais contundente, mais explícita do MTE poderia levar a essa
548 intimidação. Por fim, indagou junto às instituições financeiras se não haveria um desestímulo ao
549 uso e intermediação dessas linhas para empréstimos às empresas. O Representante Titular do
550 BNDES, Sr. Guilherme Arruda Accioly, indagou se essas operações de crédito não estariam
551 protegidas pela Lei Complementar nº 105, ressaltando que o Banco não tinha claro, mas que
552 parecia que o grau de detalhamento, principalmente do SAEP-Web, seria maior que aquele
553 permitido em lei, sugerindo que a Assessoria Jurídica do MTE analisasse essa situação.
554 Ponderou que gostaria de conhecer a opinião do Banco do Brasil, particularmente sobre o sigilo
555 bancário, sendo de interesse atender a transparência máxima possível. A Representante Titular
556 da CAIXA, Sra. Margarida Maria Alacoque Macedo, ressaltou que sua preocupação se referia ao
557 fato de não ter sido descrita pela Proposta qual a política de consequência, destacando que,
558 atualmente, quando existiam irregularidades na utilização de recursos do BNDES, aplicava-se a
559 regra de liquidar o contrato. Observou que também se preocupava com o papel da Secretaria
560 Federal de Controle - SFC, que já fazia essa espécie de auditoria nos dossiês, na aplicação e
561 contabilização dos recursos, semelhante ao proposto, indagando se haveria uma sobreposição de
562 atividades e, ainda, se seria legalmente possível. O Representante Suplente do Banco do Brasil,
563 Sr. Carlos Eduardo Pedretti, colocou que de modo geral o Banco não tinha nada a obstar em
564 relação à Proposta, manifestando que gostaria de participar do trabalho de construção dessas
565 informações necessárias ao MTE. Ressaltou que tudo seria possível, desde que houvesse prazo,

566 pois envolveria questões de tecnologia, de contratos já assinados, informações que o Banco do
567 Brasil não teria disponível em cadastro, mas que poderia vir a ter no futuro. Destacou que a
568 Proposta deveria ser discutida previamente com os bancos, entendendo que isso fazia parte do
569 aprimoramento do gestor público, reafirmando sua vontade de participar de toda essa discussão e
570 enfatizando que o Banco havia avançado bastante em diversas questões desse tipo. O
571 Coordenador do GAP, indagando se alguém gostaria de fazer mais alguma consideração, passou
572 a palavra para a Coordenadora-Geral da CGER, que se referindo às colocações da Representante
573 da CNI destacou que, com relação à preocupação sobre o efeito intimidador da supervisão *in*
574 *loco* no tomador final ou até em uma possível intimidação ou desestímulo ao agente financeiro,
575 considerava que se deveria tratar com cuidado essas propostas, estruturando os questionários de
576 averiguações de modo que não caracterizasse esse caráter impositivo. Acrescentou, no entanto,
577 que seria atribuição legal do MTE fazer esse acompanhamento. Ponderou que instrumentos de
578 monitoramento remotos mais adequados poderiam trazer mais subsídios para que a supervisão *in*
579 *loco* fosse mais direcionada, evitando trabalhar com amostra aleatória. Observou que a Proposta
580 ainda estaria sendo discutida, mas que a idéia seria trabalhar com os maiores níveis de
581 inadimplência nessa supervisão *in loco*, esclarecendo que essa supervisão seria, inclusive,
582 determinação dos órgãos de controle. Mencionou que havia sido levantado um possível choque
583 com esses órgãos e que a idéia era que houvesse instâncias diferentes fazendo verificações
584 similares, não só nos depósitos especiais, mas em todos os programas de governo. No caso dos
585 depósitos especiais, especificamente, a determinação era para que fosse feito em todas as partes
586 envolvidas, abrangendo tanto os bancos quanto o tomador final. Quanto ao tomador, encontrava
587 que essa supervisão teria conseqüências e que seria apresentada, posteriormente, uma proposta
588 mais estruturada e detalhada, que não causaria um impacto muito grande na fiscalização das
589 faltas, e que estaria mais focada no sentido de verificar se guardava aderência às determinações
590 do CODEFAT em relação à operacionalização das linhas pelos agentes financeiros. O
591 Coordenador-Geral da CGFAT enfatizou que toda atividade de fiscalização, monitoramento,
592 acompanhamento, supervisão, estava intrinsecamente relacionada à utilização de recursos
593 públicos, em especial à questão dos depósitos especiais do FAT, os quais transcenderiam ao que
594 seria uma mera aplicação financeira, embora a Lei nº 8.019/90 permitisse que fossem feitos
595 depósitos especiais sem uma finalidade específica e autorizasse a realização de depósitos
596 especiais para imediata movimentação nas instituições financeiras oficiais federais. Enfatizou
597 que o CODEFAT, como gestor dos recursos, investido pela competência das Leis nº 8.019/90 e
598 nº 7.998/90 e pelos artigos da Constituição Federal sobre controle, fiscalização, Lei de
599 Responsabilidade Fiscal e Decreto-Lei 200/67, delimitou o seguinte: que se fariam depósitos

600 especiais por resoluções específicas, com a aplicação dos recursos em programas de geração de
601 emprego e renda. O Coordenador-Geral da CGFAT ressaltou que esses recursos estavam
602 voltados para o beneficiário, para o micro-empendedor, para a grande, média e pequena
603 empresa, estipulando-se as condições e o escopo da sua utilização pelo agente. Esclareceu que o
604 CODEFAT acordou mediante ato normativo de competência respaldada em lei, que enquanto os
605 recursos estivessem disponíveis no banco seriam remunerados pela taxa SELIC e, à medida que
606 o banco fosse desembolsando esses recursos para os beneficiários das linhas, passaria a ser
607 remunerado pela taxa TJLP, acrescentando se tratar de uma aplicação financeira direcionada para
608 o contexto e nas condições estipuladas. Enfatizou que a primeira atribuição do MTE seria
609 verificar a aderência dos agentes financeiros a estas diretrizes de resoluções, não só na relação
610 remota, mas na relação documental e presencial. Como exemplo, citou que os agentes
611 financeiros apresentavam extrato financeiro da movimentação da utilização feita em determinado
612 período, onde constaria uma parte remunerada por SELIC e, conforme a operação, por TJLP,
613 sendo que atualmente existia um procedimento de checagem documental com a conferência dos
614 extratos recebidos dos agentes financeiros, para verificar se os cálculos estariam certos.
615 Enfatizou que os órgãos de controle indagavam acerca da certeza se realmente o recurso saiu em
616 determinado dia para movimentação TJLP e se o banco retornou esse recurso para
617 movimentação SELIC, mencionando que, como gestor de recursos públicos, caberia ao
618 CODEFAT autorizar a aplicação de acordo com as normas e ao MTE, a supervisão, facultada a
619 fiscalização dos programas. Quanto à colocação da Representante da CAIXA sobre penalidades,
620 esclareceu que os gestores tinham poder de estabelecer sanção, destacando as penalidades
621 previstas nas Resoluções do CODEFAT, onde o descumprimento das normas seria trazido ao
622 conhecimento do CODEFAT para deliberação, citando como exemplo o caso do escândalo do
623 anzol. Destacou que em termos de movimentação os agentes financeiros apresentavam a
624 documentação solicitada cabendo ao gestor público verificar se realmente esse recurso saiu em
625 determinado dia, caso contrário, o FAT ou a instituição estariam sendo prejudicados o que não
626 poderia ser verificado sem a visita *in loco*. Destacou que para verificar se o agente financeiro
627 estava sendo aderente às condições que o CODEFAT preceituou, teria que ser feita essa visita
628 com acesso autorizado aos dossiês das operações, já que todos os agentes financeiros acordavam
629 com tais procedimentos ao assinar o TADE. Esclareceu que a supervisão se daria na condição de
630 gestores de recursos públicos, para dar resposta à sociedade e às instâncias superiores que tinham
631 a responsabilidade sobre os recursos, não cabendo fazer uma fiscalização como auditores fiscais.
632 Destacou que seria uma supervisão, um acompanhamento cotejando todos os procedimentos,
633 para verificar a aderência às normativas do CODEFAT, ao termo de alocação, TADE e ao plano

634 de trabalho, explicando que se por ventura surgisse um caso que extrapolasse essa competência,
635 seria direcionado ao Ministério Público, TCU, SFC ou outro órgão competente. Esclareceu que
636 não havia condições de fazer remotamente essa supervisão, e que a proposta visaria a
637 regularidade desse acompanhamento, mencionando que a questão da informática viria auxiliar
638 sobremaneira essa questão e minimizaria essa necessidade *in loco*, que nunca deixaria de existir
639 porque os órgãos de controle sempre indagariam quanto a certeza de realização dos
640 procedimentos. Enfatizou que os agentes financeiros faziam visita *in loco*, ao menos uma vez no
641 ano, havendo, inclusive, recomendação do próprio TCU que se colocasse esse procedimento nas
642 resoluções. Citou a Resolução nº 488, de 28/04/2006, sobre o FAT - Giro Cooperativo Agro-
643 Pecuário, que atendendo à recomendação do TCU, constava o seguinte parágrafo: “As
644 cooperativas deverão assinar contrato com o agente financeiro constando cláusula na qual ficará
645 estabelecida a sua obrigação em fornecer todas e quaisquer informações necessárias ao
646 acompanhamento da operação contratada, passível de supervisão por parte do agente financeiro e
647 do MTE/CODEFAT”. O Coordenador-Geral da CGFAT enfatizou que estavam cobertos para
648 fazer a supervisão, não havendo nenhuma prática ilegal, e que muitas vezes se detectavam
649 procedimentos que não deviam ser praticados, sendo essa, também, a finalidade da visita.
650 Observou que se estaria trabalhando muito mais na proteção do FAT e do beneficiário, dado que
651 os agentes financeiros já estavam protegidos. Finalizando, concordou que essas atribuições
652 deveriam ser feitas com muito cuidado e julgou que a proposta estaria aderente à questão da
653 legalidade, da finalidade e, ainda, do cumprimento, enquanto gestores de responsabilidade sobre
654 os recursos do FAT. O Representante do MAPA considerou que o Coordenador-Geral da
655 CGFAT esgotou o que se poderia dizer sobre o assunto, colocando a obrigação dos gestores de
656 recursos públicos ou de programas em fazer esse tipo de avaliação, ressaltando que o tomador
657 desse crédito, estaria tomando um recurso subvencionado, devendo estar consciente que poderia
658 a qualquer momento, ser passível de fiscalização. Julgou que não se configurava, de antemão,
659 uma idéia punitiva, mas sim no sentido de avaliar como os recursos públicos estariam sendo
660 utilizados, devendo essa supervisão ser feita em sintonia com o agente financeiro. A
661 Representante da CNI, agradecendo as colocações do Coordenador-Geral da CGFAT, destacou
662 que não havia sugerido que o controle não fosse feito, questão que gostaria que ficasse bem
663 clara, mas que ainda assim não estava confortável com a Proposta e que talvez faltasse apenas
664 um pouco mais de informação. Ponderou que acreditava que a Proposta estaria de acordo com o
665 que se esperava do gestor de recurso público, mas que suas dúvidas eram até onde se estaria
666 avançando, inclusive para que os objetivos do CODEFAT não fossem comprometidos nesse
667 processo de controle. Destacou que, particularmente, gostaria de ter mais tempo para examinar

668 essa Proposta, solicitar mais esclarecimentos à equipe técnica do Ministério e, com isso, orientar
669 melhor o seu Conselheiro. A Representante da CNI observou que entendia que essa era uma
670 demanda antiga e, como sugestão para fazer uma proposta concreta, propôs uma nova reunião do
671 GAP para discutir apenas esse assunto antes de levá-lo à reunião do CODEFAT. Enfatizou que,
672 dado que se aguardava isso há tanto tempo, não faria mal ter uma posição mais consolidada
673 tecnicamente. O Representante do BNDES destacando que não estava fazendo discurso contra a
674 transparência, informou que se preocupava apenas com a lei, relatando que os contratos do
675 BNDES eram públicos, inclusive registrados em cartório. Enfatizou, no entanto, que alguns
676 detalhes do contrato, tais como saldo devedor no momento e data da próxima negociação;
677 detalhes que o BNDES não teve tempo de analisar com cuidado do ponto de vista jurídico,
678 aparentemente infringiriam a lei do sigilo bancário. Explicou que empréstimo à agente público era
679 fiscalizado no detalhe, indagando se no caso do agente privado não estaria sendo solicitada
680 alguma informação proibida em lei, acrescentando que no grau de detalhamento que estava no
681 SAEP-Web parecia em uma primeira leitura, irregular. Finalizando, enfatizou que deveria se
682 buscar a transparência sempre, mas que a exigência de determinado tipo de informação poderia
683 levar o empresário privado a processar o Conselho, destacando que se tratava apenas de um
684 alerta. O Representante da CNA colocou que alguns itens eram de grande interesse,
685 acrescentando que caso a agricultura tivesse acompanhamento dessa natureza, a crise do setor
686 talvez pudesse ter sido amainada. Citou que esse procedimento identificaria nos recursos
687 repassados do FAT ao BNDES e desse aos demais agentes, que havia toda uma percepção de
688 políticas de governo, o que não era acompanhado pelos bancos privados, principalmente nas
689 linhas de investimento. Ponderou que se tratava de recursos públicos, onde o risco era do agente,
690 mas que a política pública era determinante e sua consecução seria verificada nessa avaliação.
691 Referiu-se ao nível de agregação da Proposta, que desceria ao detalhe de cada operação, não
692 sabendo se esse seria o nível de agregação desejado. Contudo, observou que todas as instituições
693 poderiam contribuir fornecendo elementos ao CODEFAT para essa avaliação macro. Citando o
694 programa FAT - Giro Rural, enfatizou que esse mecanismo era de grande valia e que
695 considerava que os recursos do FAT não deveriam ser encarados como fonte, mas sim como
696 objetivo. Finalizou, sugerindo a criação de um grupo para aprimorar esse modelo de avaliação
697 dos recursos. O Coordenador do GAP, indagando se havia mais algum questionamento, teceu
698 considerações a respeito da preocupação de que eventual política de supervisão viesse a ter sobre
699 o desempenho dos programas, preocupação que era de todos, sendo tomada como legítima e
700 como relevante. Enfatizou que, dependendo do tipo de supervisão e de informação por
701 amostragem, *in loco*, mesmo com amparo em legislação e que viesse a ser tomado regularmente,

702 poderia inibir ou não o desempenho de um programa. Dirigindo-se à Representante da CNI,
703 esclareceu que isso não significava que determinadas informações que seriam obrigatórias para
704 aferir a aderência da operação de crédito à Resolução e à Lei que dava respaldo à utilização de
705 depósito especial, não fosse obrigatoriamente prevista em uma política de supervisão, o que
706 também preocupava o Representante do BNDES. Ponderou que se o TCU determinasse ao
707 Ministério que submetesse ao CODEFAT uma proposta de supervisão que tivesse tais
708 características, isso seria acatado. Esclareceu que estava sendo discutido cada um dos itens que
709 deveria ser apresentado para a supervisão e se estes estariam ao amparo da lei de depósito
710 especial e das resoluções do CODEFAT, especialmente no que dizia respeito à aderência.
711 Ressaltou que teria uma divisão de trabalho, implícita na determinação do TCU que estabelecia a
712 obrigação do gestor de saber se o depósito especial estava sendo utilizado para o previsto na lei e
713 se ele estava aderente às resoluções do CODEFAT. Observou que o órgão de controle não queria
714 só monitoramento à distância, mas também *in loco*. Ressaltou que em sua opinião supervisão *in*
715 *loco* seria competência do Banco Central, mas que esse não era o entendimento do plenário do
716 Tribunal de Contas da União, que julgou e foi buscar amparo na Lei de Responsabilidade Fiscal,
717 que disciplinava claramente a responsabilidade do gestor, não só para com o orçamento fiscal,
718 mas para qualquer recurso público, inclusive de fundos, impondo atribuições e
719 responsabilidades, entendendo-se como gestor, CODEFAT e MTE. O Coordenador do GAP
720 colocou que a discussão não era sobre a realização ou não de supervisão *in loco*, e sim da forma
721 como se dimensionaria essa supervisão por amostragem para mais de dois milhões e trezentas
722 mil operações de crédito ao ano, dada a pequena estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego.
723 Ponderou que isso teria que ser feito, pois como responsabilidade do Secretário-Executivo do
724 CODEFAT e compromisso do MTE, não poderia deixar nenhum dirigente superior, parceiros de
725 trabalho ou Conselheiros expostos e que o problema seria quando comesçassem as visitas e os
726 termos dessa supervisão *in loco*. Referindo-se à determinação do TCU para que a Proposta fosse
727 submetida ao CODEFAT, sugeriu o seguinte encaminhamento: que não se retirasse a Proposta
728 de Supervisão da reunião do GAP e que a mesma fosse submetida ao CODEFAT, pois a pauta da
729 reunião já havia sido encaminhada aos Conselheiros. Enfatizou que o assunto obrigatoriamente
730 teria que ser submetido ao Conselho, ainda que fosse para chegar a um encaminhamento
731 conjunto, de que deveria aprofundar os estudos sobre o tema. Recordou o ocorrido no ano
732 anterior, quando da apresentação da prestação de contas do FAT, com duas ressalvas que
733 geraram uma grande preocupação, fazendo com que o CODEFAT se dedicasse mais
734 profundamente à questão. Observou que no relatório de 2005 os órgãos de controle,
735 particularmente a Controladoria Geral da União, com o aval do Tribunal de Contas da União,

736 chancelou duas ponderações sobre a prestação de contas do FAT: a) reexame das contas e a
737 prestação de contas das centrais sindicais, ressalva discutida amplamente no ano passado; e, b)
738 supervisão do PLANSINE, do PNQ, a parte do orçamento fiscal do FAT e supervisão do
739 depósito especial. Ressaltou que na oportunidade já havia ficado claro para o MTE que, para o
740 próximo exercício, se não fosse apresentado uma proposta de supervisão para o PLANSINE se
741 correria o risco de ter a prestação de contas reprovada e que essa proposta do PLANSINE seria
742 apresentada integrada ao convênio plurianual único em próxima reunião do GAP, assim como os
743 avanços administrativos do Ministério para eliminar as pendências de prestações de contas e seu
744 reexame em todas as áreas, inclusive em depósito especial. Observou que quando o TCU fazia
745 um destaque em uma aprovação de prestação de contas, ele já estaria deixando claro que no
746 próximo exercício, se esse destaque tornasse a ser feito, a prestação poderia ser reprovada o que
747 era de responsabilidade do gestor, risco que não se poderia correr como gestores no MTE ou
748 mesmo de expor o próprio CODEFAT. O Coordenador do GAP enfatizou que gostaria de crer
749 que não existia divergência entre os participantes do Grupo sobre a necessidade de uma política
750 permanente de supervisão e que a dúvida seria, eventualmente, sobre algum item que poderia ou
751 não ter legalidade. Arrazou que havia lei que disciplinava o sigilo e lei que disciplinava a
752 utilização e repasse de depósito especial, sendo nos detalhes que os problemas se encontravam, e
753 que, em última instância, depois de todas essas dúvidas, se consultasse à Advocacia Geral da
754 União para que se obtivesse subsídio quanto aos questionamentos. Enfatizou a impossibilidade
755 de retirar o tema da reunião do CODEFAT, colocando a limitação do Representante Titular do
756 MTE, Sr. Remigio Todeschini, que tinha a responsabilidade do encaminhamento. Que o
757 CODEFAT poderia recomendar que se criasse especificamente, em um determinado prazo, um
758 grupo de trabalho específico para a Proposta ser submetida à revisão e aprimoramento, e depois
759 retornar ao GAP, calendário que teria que ser apresentado e remetido aos órgãos de controle,
760 para sua análise. Sugeriu, ainda, que os Representantes conversassem no dia seguinte com cada
761 bancada e o Coordenador do GAP conversaria com a de governo sobre esse encaminhamento de
762 submeter novamente a proposta ao GAP, com um calendário definindo os passos do seu
763 aprimoramento, envolvendo os agentes financeiros e, eventualmente, uma consulta aos órgãos de
764 controle. Respondendo à pergunta da Representante da CNI sobre o encaminhamento sugerido, o
765 Coordenador do GAP informou que se tratava de compromisso do MTE submeter a Proposta ao
766 Conselho e aos órgãos de controle, conforme determinação do Tribunal de Contas da União. A
767 Representante da CNI ressaltou que quanto ao encaminhamento não restavam dúvidas,
768 registrando sua frustração, como membro do GAP, pelo pouco tempo para analisar, entender e
769 orientar, visto ser um ponto deliberativo importante, não dando muita oportunidade de interferir

770 no processo. O Representante da CGT, comunicando que o Conselheiro Suplente, Sr. Valdo
771 Leite, iria participar da reunião do Conselho, registrou que cada vez mais o CODEFAT
772 participava na responsabilidade do encaminhamento dessas ações, com recursos tão importantes.
773 Destacou que o TCU manifestava ao MTE suas orientações e, ao analisar as prestações de
774 contas, pinçava algumas ações relacionadas a controle, aprovando com ressalvas, e sendo que
775 nas próximas, essas observações deveriam ser corrigidas, com a criação de mecanismos
776 especiais. O Representante da CGT dirigindo-se ao Coordenador do GAP observou a exigüidade
777 de tempo para essa análise e que fosse apresentado ao CODEFAT para que tomasse ciência do
778 que estava acontecendo, considerando que o Conselho também cobraria o atendimento das
779 solicitações dos órgãos de controle. Registrou que o encaminhamento estava perfeito, solicitando
780 que a Proposta fosse mais estudada, que envolvesse outros atores, inclusive do órgão de controle,
781 bem como os agentes financeiros. Ponderando que o processo, dado o primeiro passo, estava
782 seguindo o caminho desejado, acrescentou que posteriormente deveria ser apresentada uma
783 proposta de controle que atendesse às necessidades de todos os envolvidos e propôs um mês ou
784 mais, para sua conclusão e reapresentação. O Coordenador do GAP observou que o Grupo
785 sugeria o encaminhamento ao CODEFAT, que detinha o poder deliberativo, e que na reunião do
786 dia seguinte, apreciaria o encaminhamento proposto, qual era, o Ministério de Trabalho e
787 Emprego havia submetido a proposta no prazo regimental, o GAP analisou e sugeriu que, dada a
788 relevância do assunto, se fizesse um estudo mais pormenorizado em determinado prazo, sendo
789 novamente submetido à apreciação do Conselho. O Coordenador do GAP referindo-se à questão
790 do orçamento destacou que haviam sido tratados somente dois assuntos específicos, indagando
791 se haveria alguma consideração a ser feita a respeito dessa proposta. O Representante da CGT
792 solicitou os seguintes esclarecimentos, que poderiam ser atendidos na reunião do CODEFAT: 1)
793 sobre a classificação denominada Microcrédito Produtivo Orientado, ação nova que aparecia
794 com um recurso de R\$ 24.950 milhões para 2007, indagando o que se pretendia fazer com esse
795 Programa. 2) a respeito do aumento da remuneração de agentes pagadores que no caso do abono
796 salarial passou de R\$ 45.600 milhões para R\$ 127.418 milhões, e do Seguro-Desemprego que
797 saiu de R\$ 69 milhões para R\$ 195 milhões; 3) sobre a qualificação de trabalhadores
798 beneficiários de política de inclusão social na qualificação profissional, indagando o motivo da
799 redução dessa proposta que caiu de R\$ 40 milhões para R\$ 32 milhões, quando se percebia que a
800 política de inclusão social se encontrava em ascensão, sendo de interesse da grande maioria; 4)
801 justificativa para variação de 49% na receita da contribuição sindical, a qual considerava
802 elevada; e 5) redução dos recursos destinados a orientação profissional e intermediação de mão-
803 de-obra, que estava baixando de R\$ 115 para R\$ 107 milhões. O Coordenador do GAP citou os

804 itens colocados na reunião e os que seriam esclarecidos: micro-crédito; informática, que já havia
805 apresentado, mas que seria posto na apresentação ao CODEFAT, DRT, apoio operacional ao
806 Seguro-Desemprego, abonos, CTPS, registros administrativos; a ação específica de inclusão
807 social, redução de R\$ 40 para R\$ 32 milhões no âmbito do PNQ, expansão da receita da cota
808 parte da contribuição sindical – o porquê dessa estimativa de 49%, e, redução da orientação
809 profissional e intermediação de mão de obra. Em seguida, destacou os três itens propostos como
810 extra pauta no âmbito do Seguro-Desemprego, sendo decisão do Ministério de enviar, inclusive
811 aos Conselheiros, a ampliação da parcela do benefício do seguro-desemprego, citando a
812 possibilidade e competência legal do CODEFAT em disciplinar até mais duas parcelas desse
813 benefício, para efeito de situações emergenciais de desemprego, para grupos específicos ou então
814 alternando choque setorial do emprego, medido pela taxas de desemprego, conforme a lei.
815 Esclareceu que no ano passado foi iniciada a adoção de proposições ao CODEFAT, não para
816 modalidade específica de expansão do desemprego, mas para modalidade de grupo específico,
817 disciplinando nos termos das resoluções, o grupo específico para choques setoriais de emprego,
818 especialmente em setores que estavam sendo expostos a forte pressão, causado pelo mercado
819 interno ou em função de política monetária. Destacou que foi adotada, inicialmente, uma
820 resolução para o setor de calçados, reeditada posteriormente em maio, e que atingiu cerca de
821 sessenta mil trabalhadores do referido setor, sendo observado no primeiro semestre de 2006 que
822 havia, ainda, uma forte pressão de emprego no setor. Destacou que o Ministro do Trabalho havia
823 determinado que fosse feito um acompanhamento regular daqueles setores que vinham
824 apresentando comportamento errático em relação ao saldo geral do CAGED, mês a mês, sendo
825 que dois outros setores vinham apresentando desde 2005 saldo negativo de modo sistemático, o
826 moveleiro e o agrícola, principalmente aquele voltado para a fabricação de máquinas e
827 equipamentos, avicultura e produção de animais. Com relação ao setor moveleiro, especialmente
828 fabricação de móveis, ressaltou que o impacto de política cambial sobre a pauta de exportações
829 do setor e a atuação mais regular e incisiva do IBAMA na fiscalização estava impactando
830 negativamente no emprego regular da indústria moveleira. Observou que na prática se estaria
831 propondo a reedição da medida no setor de calçados, evidentemente excluindo o período que já
832 havia estado sob cobertura das duas resoluções anteriores, e a inclusão do setor moveleiro, além
833 de máquinas, tratores e implementos agrícolas, neste caso muito associado ao reflexo da crise da
834 agricultura e da agro-pecuária. Ressaltou que essa seria a proposição submetida ao CODEFAT,
835 com impacto social relevante mas sem impacto financeiro, por tratar-se de despesa obrigatória
836 enquadrada nos 10% permissíveis pela lei, não podendo exceder no semestre à 10 % da reserva
837 mínima de liquidez. O Coordenador do GAP ressaltou que havia uma expectativa de governo de

838 preparar as notas técnicas no prazo regimental, o que não foi possível, mas, que considerava
839 preferível submeter a proposta ao Conselho do que fazer após a reunião por *ad referendum* ou
840 mesmo por consulta. Informou que o Coordenador-Geral da Coordenação Geral do Seguro-
841 Desemprego, do Abono Salarial e Identificação Profissional - GSAP, Sr. Márcio Borges, havia
842 preparado uma apresentação sobre cada resolução com a estimativa de impacto financeiro. O
843 Representante da CGT colocou que essa proposição seria encaminhada de forma positiva pela
844 bancada dos trabalhadores, ressaltando que esses três setores estavam sofrendo esse impacto
845 econômico há algum tempo. Destacou que os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador
846 eram, também, para fazer esse tipo de benefício, o que já havia sido feito em outras ocasiões.
847 Ponderou que se esperava uma recuperação nesse setor, o que não ocorreu, e que os
848 trabalhadores encaminhariam positivamente as três propostas na reunião do CODEFAT. O
849 Representante da CNA solicitou a palavra para lembrar que no setor agro-pecuário, o
850 desemprego no final do ano foi em torno de vinte e oito mil, sendo uma das mais altas taxas do
851 período em 2005. Observou que, infelizmente, boa parte dos empregadores rurais eram pessoas
852 físicas e não contribuíam para o PIS, o que impedia que uma parcela considerável de
853 trabalhadores rurais fosse beneficiada por esses recursos. A Representante da CNI reforçou que
854 seu encaminhamento seria favorável à aprovação das Resoluções em tela. A Representante da
855 CAIXA citando a frase constante da proposta do Item 6, que estipulava o seguinte: “os
856 trabalhadores beneficiados em 1º de janeiro tiveram dispensa de janeiro de 2005 a junho de
857 2006”, indagou se o início se referia a 2005 ou 2006, ao que o Coordenador do GAP esclareceu
858 que era o ano de 2005. O Representante da CNA enfatizou que os três setores citados pertenciam
859 ao agro-negócio, destacando que a Resolução do CODEFAT nº 497/2006 trazia uma expressão
860 que estava dificultando bastante a operacionalização da linha, propôs quanto ao Artigo 4º, Inciso
861 I, que dizia “perante os fornecedores de insumos, relativos ao custeio da safra” que fosse retirado
862 o termo “custeio”, e que passasse a ter a seguinte redação “perante os fornecedores de insumos,
863 relativo às safras de 2004 e 2005”. Explicou que o termo “custeio” no sistema financeiro não se
864 estenderia às operações de comercialização e às operações de investimento, acrescentando que a
865 retirada desse vocábulo permitiria uma expansão necessária ao atendimento dos objetivos. O
866 Coordenador do GAP esclareceu que a bancada de governo não tinha uma posição no momento,
867 mas que a representação da CNA poderia formalizar essa solicitação e que, na condição de
868 Secretário Executivo, assumiria o compromisso de avaliar e levar para a bancada de governo,
869 inclusive tendo um eventual impacto dessa medida para operacionalização do programa, com a
870 posição de governo no dia seguinte, porque ficava difícil no momento, estabelecer um
871 posicionamento contrário ou favorável. Ponderou que o caso seria estudado até o próximo dia e

872 que se houvesse segurança o Conselho se posicionaria, caso contrário, ficaria para outra reunião
873 ou, em caso de emergência, recorreria aos Conselheiros através de *ad referendum*. O
874 Coordenador do GAP deu por esgotado o tema da extra pauta, tendo sido aprovado por todos os
875 Representantes para ser levado à deliberação do CODEFAT. O Representante da CGT referiu-se
876 ao Programa Brasileiro de Inclusão Digital, com recursos do CODEFAT junto aos agentes
877 financeiros e que, embora estivesse sendo operacionalizado seria interessante observar o que
878 estaria acontecendo, acompanhar esses resultados e quais as dificuldades que estavam sendo
879 encontradas. Informou que havia realizado três reuniões com o pessoal do Banco do Brasil,
880 gerentes desse tipo de Programa, em três universidades diferentes, passando justamente as
881 orientações e informações, considerado como um grande Programa no país se devidamente
882 acompanhado. Informou que atualmente já estava começando a haver críticas e citou, como
883 exemplo, que o sistema Linux apresentava problemas de funcionamento e o manual de
884 determinado fabricante estava escrito em inglês, o que dificultava ainda mais a inclusão digital.
885 O Representante da CGT enfatizou, ainda, que ficava a informação para o Ministério e para o
886 GAP, e que na reunião do CODEFAT, o Conselheiro Suplente da CGT se encarregaria de pedir
887 esclarecimentos sobre isso, sendo necessário, também, acompanhar e mudar esse tipo de
888 situação, alegando que o Programa tinha viabilidade, mas não estaria atingindo o cidadão que
889 esperou por essa oportunidade de inclusão digital. Finalizou, observando que o programa
890 necessitava de acompanhamento e deixando o registro das suas colocações.
891 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, a reunião foi encerrada. E,
892 para constar, eu, Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior, Secretário-Executivo do CODEFAT
893 e Coordenador do GAP/CODEFAT, lavrei a presente Ata, que após aprovada será assinada por
894 mim e pelos demais membros do Grupo.

CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JÚNIOR
Coordenador do GAP/CODEFAT e Secretário-Executivo
do CODEFAT

GUILHERME ARRUDA ACCIOLY
Representante Titular do BNDES

WILSON VAZ DE ARAÚJO
Representante Titular do MAPA

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Representante Titular da CGT

SIDICLEI DA SILVA PATRÍCIO
Representante Suplente da CUT

Continuação da Ata da 85ª Reunião Ordinária do GAP/CODEFAT

DAGMAR MARIA DE SANT'ANNA
Representante Titular da CNC

SIMONE SAISSE LOPES
Representante Titular da CNI

LUCIANO CARVALHO
Representante Suplente da CNA
